

BOLETIM 89

Brasília, 24 de março de 2016

Mulher trabalhadora na construção e no mobiliário avança luta pela igualdade

A CONTRICOM, através da Secretaria para Assuntos da Mulher, Criança, Adolescente e do Idoso, coordenada pela companheira Izelda Teresinha Oro – que também preside o STICM de Chapecó (SC), promoveu, no último dia 16 de março, na Colônia de Férias do sindicato da categoria, no município de Bento Gonçalves (RS), o II Encontro Nacional das Mulheres Trabalhadoras nas Indústrias da Construção e do Mobiliário.

O evento, que contou a presença de dezenas de lideranças femininas e teve o respaldo e a participação de várias entidades sindicais representativas do segmento, foi realizado sob o tema “Construindo o Poder de Escolha” e reforçou a luta da mulher trabalhadora pelos seus direitos.

O encontro reuniu trabalhadoras e líderes sindicais de vários estados. Estavam presentes, entre outros, o presidente nacional da Nova Central, José Calixto Ramos; o presidente da FETICOM-RS e secretário de Finanças da CONTRICOM, Aroldo Garcia – que também representou o presidente Francisco Chagas Costa – Mazinho; o presidente da FETICOM-SC, Altamiro Perdoná; o presidente do STICM de Bento Gonçalves, Itagiba Lopes.



Na foto acima, as participantes do Encontro das Mulheres com seus certificados; abaixo, Izelda Oro dirige-se à plenária do evento

As participantes debateram, entre outros assuntos, temas relevantes como a questão do desemprego que atinge especialmente as trabalhadoras, a inserção das mulheres no mercado de trabalho e no meio sindical. O evento serviu para uma grande reflexão sobre concepções, posições e o rumo a seguir para dar consistência à luta pelo reconhecimento e valorização da mulher trabalhadora.

Segundo Izelda, o encontro estabeleceu criteriosa diretriz a ser adotada pelo movimento da mulher trabalhadora. “A luta da mulher para ser reconhecida como deve e não ser discriminada é antiga e jamais vai parar até não alcançarmos a igualdade perante os homens”, assegura Izelda.

Para a sindicalista “ainda vivemos numa sociedade machista” que se nega a aceitar que a mulher “não é apenas uma peça decorativa” e tem capacidade igual “e até superior” ao sexo oposto.

A coordenadora analisou o evento como espaço “para o amadurecimento de consciências” e analisou o encontro como “eficaz, exitoso e evolutivo” e seus efeitos “ganharão repercussão nacional dentro da categoria”. Ao final foi redigida a Carta de Bento contendo defesa de instrumentos favoráveis à mulher trabalhadora, às classes produtivas e à sociedade brasileira.

Conheça a íntegra da **Carta de Bento Gonçalves** aprovada pelas participantes do II Encontro Nacional.

As participantes do II Encontro Nacional das Mulheres Trabalhadoras nas Indústrias da Construção e do Mobiliário, ratificam as lutas extraídas no I Encontro Nacional das Mulheres Trabalhadoras nas Indústrias da Construção e do Mobiliário, o qual ocorreu na cidade de Itanhaém-SP, nos dias 18 e 19 de janeiro de 2013 e acrescentam inovações:

A serem apresentadas às Entidades Sindicais que fazem parte da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário - CONTRICOM:

- 1. Participação feminina nas comissões para negociação coletiva do trabalho;*
- 2. Combate ao assédio moral e sexual no ambiente de trabalho;*
- 3. Valorização do trabalho da mulher;*
- 4. Igualdade de salários e oportunidades;*
- 5. Toda forma de discriminação contra a mulher.*



Na foto acima, as mulheres prestam homenagem ao presidente da CNTI e da Nova Central, José Calixto Ramos; abaixo, uma participante do encontro planta uma árvore, atividade que mobilizou as mulheres



A serem apresentadas ao Congresso Nacional:

1. *Redução da jornada de trabalho de 44h para 40h semanais sem redução salarial;*
2. *Ratificação da Convenção 158 da OIT;*
3. *Regulamentação do Art. 239, parágrafo 4º da Constituição Federal Brasileira;*
4. *Licença maternidade de 180 dias para a iniciativa privada;*
5. *Aprovação da PL 6653/09;*
 6. *Imediata sanção do PL 130/11;*
7. *Manutenção do vínculo trabalhista, para a mulher em situação de violência doméstica e familiar por até seis meses.*
8. *Extinção do Fator Previdenciário;*
9. *Regulamentação da Terceirização sem precarização dos direitos e condições de trabalho.*

A ser apresentada para o Ministério do Trabalho e Previdência Social

1. *Revisão das normas de saúde e segurança para contemplar especificidades da atuação feminina no mercado de trabalho no ramo da construção;*

A ser apresentada para a Secretaria Nacional de Segurança Pública

1. *Plantão nas delegacias para mulheres nos finais de semana, com atendimento por pessoas capacitadas em todas as formas de violência contra a mulher.*

A serem apresentadas ao Ministério Educação

1. *Creches com horários diferenciados para atender as especificidades das trabalhadoras.*

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Encontro no Sul debate crise e aponta alternativas

Um dia após o II Encontro Nacional das Mulheres Trabalhadoras, também na Colônia de Férias do STICM de Bento Gonçalves (RS) reuniram-se diversas lideranças sindicais da construção e do mobiliário do Rio Grande do Sul e de outros estados com o objetivo de debater a crise nacional de desemprego que atinge a categoria e apontar como solução a imediata retomada do crescimento econômico do país e da empregabilidade no setor.

O evento contou com a participação do senador Paulo Paim (PT-RS), que abordou a situação nacional e analisou as propostas que contrariam os interesses dos trabalhadores, como o projeto incentiva as terceirizações nas atividades-fim das empresas e a reforma da Previdência anunciada pelo governo.

O presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST), José Calixto Ramos, também abordou assuntos de interesse dos trabalhadores em geral, dando ênfase à questão da sustentabilidade material das entidades sindicais.

Já o consultor do DIAP, André Luis dos Santos, fez uma ampla análise dos projetos de interesse dos trabalhadores que estão tramitando atualmente no Congresso Nacional.

A dra. Zilmara Alencar, da assessoria jurídica da CONTRICOM, também proferiu palestra versando sobre a sustentação financeira das entidades e questões processuais junto ao Ministério do Trabalho.

Segundo Aroldo Garcia, secretário de Finanças da CONTRICOM e presidente da FETICOM-RS, “o encontro foi uma excelente oportunidade para debater os assuntos de interesse de nossa categoria, especialmente nesse momento em que a crise destrói como nunca nossos empregos”. Os dirigentes sindicais presentes foram unânimes na defesa de mais investimentos no setor da construção como saída de curto prazo para a crise econômica nacional e a

necessidade de fortalecer as entidades sindicais, em todos os níveis, para lutar pelo emprego e os direitos dos trabalhadores.



Na foto acima, Aroldo Garcia dirige-se à plenária ladeado por Itagiba Lopes, presidente do STICM de Bento Gonçalves (RS); Izelda Oro, presidente do STICM de Chapecó (SC), Altamiro Perdoná, presidente da FETICOM-SC; e a companheira Izaura, do Sindicato dos Comerciantes de Bento Gonçalves. Abaixo, a dra. Zilmara dirige-se aos participantes do encontro

Fonte: Comunicação CONTRICOM



Peniel Pacheco, Dionísio Lamerea e Mazinho, na sede da CONTRICOM, em Brasília

Mazinho recebe a visita de Peniel Pacheco, da FUNDACENTRO-DF

O presidente da CONTRICOM, Francisco Chagas Costa – Mazinho, recebeu nesta quarta (23), na sede nacional da entidade, em Brasília, a visita do chefe da FUNDACENTRO do Distrito Federal, Peniel Pacheco, que estava acompanhado do responsável pelo Serviço Técnico do órgão, Dionísio Leone Lamera.

O encontro serviu para a discussão de algumas questões relativas à organização do VII CMATIC – Congresso Nacional sobre Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção, que acontece de 12 a 15 de abril, no Centro de Convenções Ulisses Guimarães, em Brasília.

A CONTRICOM faz parte da comissão organizadora do evento, que contará, ainda, com a participação das Centrais Sindicais, de empresários, engenheiros, enfermeiros do trabalho, técnicos, estudantes e o público interessado no

debate de novas tecnologias e métodos que visam promover a saúde a segurança do trabalhador da construção civil.

Os representantes da FUNDACENTRO (órgão do Ministério do Trabalho que cuida da política de segurança laboral) discutiram, entre outros assuntos, com o presidente da CONTRICOM a contribuição da entidade para a realização do evento, pois a Confederação integrará e será um dos coordenadores da Mesa que conduzirá os trabalhos desse importante evento.

Fonte: Comunicação CONTRICOM



Mazinho acompanha as obras que estão sendo realizadas na sede da CONTRICOM, em Brasília

Diretoria implementa melhorias na sede nacional da CONTRICOM

A diretoria da CONTRICOM decidiu implementar algumas melhorias na estrutura física da sede nacional da entidade, localizada na quadra 710 da Asa Norte de Brasília (DF).

Entre essas melhorias, está a cobertura definitiva no andar superior da sede, para proteger da luz solar e da chuva, permitindo a realização de eventos nesse espaço.

Além disso, a diretoria decidiu implantar um sistema de ar condicionado, bem como de segurança do prédio que abriga a entidade. Também está sendo implantado um sistema de vídeo e áudio na sala de reuniões, de modo a criar condições mais propícias para a realização de encontros.

Segundo o presidente Francisco Chagas Costa – Mazinho, ressaltou que “uma das grandes conquistas que nos orgulhamos foi a aquisição da sede própria da Confederação em tão pouco tempo, após o registro da entidade. Agora – prosseguiu – temos que cuidar desse espaço e buscar melhorar as condições de utilização, pois em última instância nossa estrutura física deve estar permanentemente a serviço da luta dos trabalhadores que representamos”.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Fevereiro tem maior queda do emprego formal em 25 anos

O agravamento da crise econômica fez fevereiro registrar a maior queda do emprego formal em 25 anos. Segundo dados divulgados há pouco pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho, o país fechou 104.582 postos de trabalho com carteira assinada no mês passado.



O número leva em conta a diferença entre demissões e contratações, e é o maior para fevereiro desde 1992, quando começou a pesquisa. Apenas nos últimos 12 meses, o país eliminou 1.706.985 postos de trabalho, o que equivale à diminuição de 4,14% no contingente de empregados com carteira assinada no país.

Quase todos os setores da economia demitiram mais do que contrataram em fevereiro, com destaque para comércio (-55.520 vagas), indústria de transformação (-26.187 vagas) e construção civil (-17.152 vagas). O único setor a registrar mais contratações que dispensas foi a administração pública, que criou 8.583 postos de trabalho no mês passado.

Com o resultado de fevereiro, o país acumula o fechamento de 204.912 vagas formais de trabalho em 2016 na série ajustada, que leva em conta declarações de janeiro entregues fora do prazo.

Os estados que mais fecharam postos de trabalho em fevereiro foram Rio de Janeiro (-22.287 vagas), São Paulo (-22.110 vagas) e Pernambuco (-15.874 vagas). Apenas seis estados contrataram mais do que demitiram: Rio Grande do Sul (6.070 vagas criadas), Santa Catarina (4.793), Mato Grosso (3.683), Goiás (2.327), Mato Grosso do Sul (1.124) e Tocantins (com apenas 88 postos criados).

Por regiões, o Nordeste liderou o fechamento de postos de trabalho no mês passado, com a extinção de 58.349 vagas. Em seguida vêm Sudeste (-51.871) e Norte (-7.834). No entanto, o Sul criou 8.813 vagas; e o Centro-Oeste, 4.659 vagas em fevereiro.

Mesmo com o desempenho positivo do Sul e do Centro-Oeste, todas as regiões registram fechamento líquido de postos de trabalho nos

últimos 12 meses. A região que mais demitiu foi o Sudeste, com a extinção de 959.958 postos, seguida do Nordeste (-298.301 postos), do Sul (-261.776 postos), do Norte (-107.454) e do Centro-Oeste (79.606).

Divulgado desde 1992, o Caged registra as contratações e as demissões em empregos com carteira assinada com base em declarações enviadas pelos empregadores ao Ministério do Trabalho.

Fonte: Agência Brasil

Ministra nega pedido de habeas corpus para Lula

A ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Rosa Weber negou nesta terça-feira (22) o pedido de habeas corpus protocolado no último domingo (20) pela defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva contra uma decisão do ministro Gilmar Mendes, que determinou o retorno de processos que envolvem Lula na Operação Lava Jato para o juiz Sérgio Moro, em Curitiba.

No texto, Rosa Weber lembrou decisão anterior do STF, segundo a qual não é possível usar habeas corpus contra ato de ministro daquela corte.

“(…) Reputo-o incabível, enquanto se volta contra ato de ministro desta Casa, à luz da jurisprudência que vem de ser reafirmada pelo plenário no sentido de que ‘não cabe pedido de habeas corpus originário para o tribunal pleno, contra ato de ministro ou órgão fracionário da Corte’”, diz a ministra. Ela afirma ainda que tal diretriz está



“consagrada em reiterados precedentes do Supremo Tribunal Federal”.

Rosa Weber destaca que, no início deste ano, o uso desse instrumento foi tema de um julgamento da Corte. Na oportunidade, ressalta a ministra, o tribunal pleno do STF reafirmou o entendimento de que é "incabível habeas corpus contra ato de ministro da Casa (...)”.

Ainda cabe recurso da decisão de Rosa Weber.

Fonte: Agência Brasil

Conselho aprova relatório preliminar do processo contra Cunha

Com o relator Marcos Rogério (DEM) ausente, em viagem oficial aos Estados Unidos, o Conselho de Ética aprovou, por unanimidade, o plano de trabalho preliminar no processo envolvendo o presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB).

Foi aprovado, também, o pedido de compartilhamento de informações da Procuradoria-Geral da República (PGR) e do Supremo Tribunal Federal (STF).

O documento foi aprovado com oito votos favoráveis e quatro abstenções. Nele, o relator pede também, acesso ao conteúdo de delações premiadas em que Cunha é citado.

Cunha entregou a defesa no último dia de prazo, nessa segunda-feira (21). Com isso, fica aberto prazo de 40 dias úteis para a investigação e

recolhimento de provas, o que deve terminar no dia 18 de maio.

A previsão é de que a entrega do relatório final seja apresentado na primeira semana de junho.

O presidente do conselho, José Carlos Araújo (PSD), questionou a agilidade com que é tratado o pedido de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, inclusive com aditamentos e outros procedimentos que, segundo ele, não foram possíveis no Conselho de Ética, no caso Cunha.

O presidente do conselho afirmou ainda que vai conversar com Eduardo Cunha sobre as testemunhas de defesa arroladas no processo.

Das oito testemunhas, pelo menos duas são de pessoas que não moram no Brasil. Tratam-se de dois advogados suíços. Segundo ele, é a Casa quem deve bancar essas viagens e pedidos semelhantes já foram negados anteriormente pelo próprio Cunha, por causa do alto custo.

Fonte: Portal EBC

Ganho de causa em ação trabalhista deveria refletir nos salários de contribuição no INSS

Quando o empregado é vitorioso em uma ação trabalhista contra seu atual ou antigo empregador, os autos são remetidos ao procurador do INSS para que este proceda o cálculo da diferença dos salários de contribuições devidos à autarquia.



O empregado é obrigado a recolher as contribuições previdenciárias referentes às diferenças de salário e verbas que o juiz trabalhista reconheceu a este.

Para o trabalhador que já é aposentado ou ainda irá se aposentar, essa diferença é importante para fins de benefícios previdenciários pois reflete no valor que irá receber futuramente.

Entretanto, não é bem assim que acontece na prática.

A justiça federal permite que as diferenças salariais sejam recolhidos aos cofres do INSS, mas esquecem de obrigar a autarquia a efetuar a correção dos valores no seu sistema informatizado, no caso o CNIS (Cadastro Nacional de Informações Sociais). Ou seja, o empregado recolhe às diferenças para a autarquia sem que estas sejam devidamente averbadas no seu histórico de contribuições.

O que percebemos então, é um desvio na arrecadação de valores da autarquia, que deveriam ser destinados a pagamentos de benefícios dos segurados.

O empregado, após anos de trabalho e contribuições durante toda a sua vida laboral, não pode ser prejudicado por uma omissão do juízo e da autarquia em assegurar o que lhe é de direito.

É estritamente importante ficar atento a este fato e conferir se o salário de contribuição do segurado foi averbado corretamente. Caso contrário, é necessário ajuizar uma ação com o objetivo de se fazer às devidas alterações.

O juiz do trabalho, então, oficiará ao INSS para que se determine a inclusão, exclusão ou alteração de vínculos dos respectivos tempos de contribuição.

É importante ressaltar que o juízo trabalhista tem o costume de incinerar ações

trabalhistas que já se encerraram há mais de 05 (cinco) anos, sendo que tal fato poderá acarretar uma eventual perda de provas que poderiam garantir o direito a um benefício de valor maior.

Fonte: Jusbrasil

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)